

PERSPECTIVAS PARA A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL*

*Wilson Cano***

Gostaria de pautar minha intervenção neste Seminário através de uma discussão, cujo título poderia ser Perspectivas para a Questão Regional no Brasil. A mesma está centrada em três pontos: o primeiro, sobre o qual vou tentar discorrer o mais rápido possível, é o transcurso dessa temática na economia brasileira; o segundo envolve o tema na questão internacional; e, no terceiro, tentarei especular um pouco sobre o tema dentro do contexto atual do Brasil.

Em primeiro lugar, começaria lembrando que a questão regional e o tratamento a ela dado têm, no período pós 30, uma ampliação de sua discussão, de sua sustentação política e de seu tratamento a nível da política econômica já desde o Primeiro Governo Vargas, principalmente a partir do Estado Novo, e notadamente no Segundo Governo Vargas. E a temática adquire um corpo de maior reflexão, de teorização, de ação política e de ação de política econômica principalmente pós 1960, que é a segunda fase da integração do mercado nacional. É quando as assim chamadas políticas de desenvolvimento regional passam a figurar oficialmente na agenda do Estado.

Todo esse transcurso, até o final dos anos 70, é um transcurso em que essa política econômica esteve presente. A ação do Estado foi muito vigorosa, seja direta, seja indiretamente, através da constituição de incentivos fiscais e da implantação de plantas industriais públicas e privadas. Contudo, da mesma forma que no contexto nacional, essa ação do Estado esteve muito afastada de maiores preocupações sociais mais diretas. Isso a despeito de que o pretexto para o desenho das políticas de desenvolvimento regional nos anos 60 tenha sido exatamente o fato de que, pela primeira vez, a televisão mostrava ao País a crueldade da miséria e das grandes secas nordestinas.

Então, a despeito de que a pobreza e a questão social tenham sido o motivo que constituiu o primeiro conjunto de desenhos de políticas de desenvolvimento regional deste País, a maior parte dos esforços público e privado se canalizou muito mais para áreas que não tinham como beneficiadas diretas as camadas mais pobres da periferia nacional. E é por isso que, ao final desse período, se fez um ato de confissão nas instituições públicas regionais e elas se deram conta de que, embora a industrialização periférica tivesse um bom sucesso, ela não fora

* Transcrição de palestra proferida no Seminário sobre Os Interesses Regionais e o Pacto Federativo, promovido pela Fundação de Economia e Estatística e a FUNDAP/IESP, em junho de 1994.

** Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP.

Ensaio, FEE, Porto Alegre, (15)2:312-320, 1994

capaz de enfrentar e resolver o problema mais duro da questão regional brasileira, que é o da pobreza, o qual, contudo, não se restringe apenas ao Nordeste.

A questão da pobreza é nacional. Ela está, hoje, diariamente nas páginas dos jornais, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Roraima, em Porto Alegre, ou em qualquer outra parte do território nacional.

Durante os anos 80, face à crise, ocorreu uma mudança muito importante, quando se esgotou o fôlego da antiga política de desenvolvimento regional. Os grandes investimentos públicos e privados desencadeados através do II PND já haviam amadurecido entre os últimos anos da década de 70 e os primeiros da de 80.

A política se converteu, crescentemente, numa política predominantemente compensatória, embora tenha ocorrido nos anos 70 e continuado ainda a ocorrer até a primeira metade dos anos 80 o fenômeno da desconcentração industrial (e, em parte, também da terciária) em direção às principais capitais e às maiores cidades de todas as regiões brasileiras, notadamente do Nordeste.

Um outro fato adicional foi o de se tentar ressuscitar um pouco a questão da presença do Estado na questão regional, através da Constituição de 1988, a qual, além de sustentar o sistema de incentivos fiscais por mais alguns anos, obriga agora a regionalização de parte do orçamento público e das estatais. Além dessas, a Lei Magna gerou uma série de outras determinações, algumas das quais de cumprimento extremamente complicado, como as de regionalizar os investimentos plurianuais.

Por outro lado, acompanhando o debilitamento do Estado, assiste-se, também, a uma profunda crise dos órgãos públicos de fomento regional. Quase todos passam a padecer de uma inércia, de uma falta de vontade política e de uma incapacidade de exercício de coordenação e planejamento.

E como último ponto a destacar desse período, cabe ressaltar as alterações quantitativa e qualitativa nos fluxos migratórios, dada a persistência da crise. Como essa crise se manifesta mais duramente em São Paulo, e de certa forma no Rio de Janeiro, isso provocou um arrefecimento na capacidade receptora desses estados para com os fluxos migratórios, principalmente os do Paraná, de Minas Gerais e os do Nordeste.

O "fechamento" da fronteira agrícola exacerbou a crise social. O Paraná, que fora o grande "útero" recebedor de migrantes nacionais até os anos 60, expulsou, entre os 70 e os 90, dois milhões e meio de pessoas.

Por outro lado, o Centro-Oeste, principalmente Mato Grosso do Sul e Goiás, também reduziu drasticamente sua capacidade receptora, e a fronteira Amazônica, com todo o esforço de política econômica que se fez, recebeu, durante os anos 70, apenas 700 mil pessoas, menos do que a terça parte do que recebeu o Estado de São Paulo.

Entretanto esse foi um período que passou. Foi um período de nossa história, e, a partir de 1990, estamos num outro período. Estamos vivendo tentativas de instituições de políticas de corte neoliberal.

O período 1990/94 aprofundaria ainda mais esses aspectos críticos e também seria palco de um ensaio de instituição de políticas de cunho neoliberal no País. Houve um ensaio que durou apenas um ano, que foi a mudança nas Políticas de Preços Mínimos Agrícolas, que causaria um verdadeiro desastre na safra agrícola, e o Governo teve que recuar, dado o agravamento da crise econômica e social.

E a questão regional, num período crítico como este que estamos vivendo, volta à superfície com toda a força, tentando recuperar sua presença na agenda política nacional. Esse esforço que essas instituições, coordenadas pelo IESP, estão fazendo em pesquisar a questão federativa no Brasil nada mais é do que o reflexo do agravamento dessa situação.

Em segundo lugar, coloca-se uma questão: o que tem a ver a atual problemática internacional com a questão regional e com as políticas de desenvolvimento regional? Ou, o que é que surgiu de novo no Mundo, nessas duas últimas décadas, e que mudou inclusive o caráter da crise internacional que se esboçou no final dos anos 60? É o **processo de financeirização**, através do qual as maiores empresas multinacionais e vários bancos nacionais se aproveitaram da crise do endividamento do Estado e acumularam imensos excedentes financeiros, criando novos títulos e novas formas de operação no mercado financeiro internacional. O nascedouro desse processo se deu a partir dos anos 60, *pari passu* com o imenso crescimento do sistema financeiro internacional.

Contudo é preciso entender que o sistema capitalista pode, durante certo tempo, atravessar fases cíclicas de intensa acumulação predominantemente financeira. Mas, com o correr do tempo, ele tem que buscar novas e intensas frentes de alocação desses recursos financeiros para poder concretizar uma acumulação real e, portanto, dar continuidade ao processo de valorização do capital.

É daí que ocorre a eclosão da Terceira Revolução Industrial. Com efeito, bancos e notadamente grandes empresas multinacionais, abarrotados de excedentes financeiros acumulados desde o fim dos anos 60 pelo capital privado norte-americano e, durante os 70, também pelo europeu e japonês, desencadearam os movimentos apresentados a seguir.

Primeiro, potencializados pela crise do petróleo, estimularam o processo de endividamento externo "fácil" aos países subdesenvolvidos (e a alguns socialistas), depois paralisado entre 1979 e 1982, e que culminou com o debilitamento dos Estados periféricos nacionais do "Segundo e do Terceiro Mundos". Com isso, o Estado, em praticamente todos os países do Mundo, acabou financeiramente fragilizado.

Segundo, essa fragilização do Estado deu azo ao revigoramento do ideário neoliberal, que, cinicamente, propugnou:

- a) **privatização** do patrimônio público, sob as "razões" de que sua transferência, ao mesmo tempo em que provia recursos financeiros ao Estado, atingiria a racionalidade de maior eficiência que só o mercado lhe daria;
- b) **desregulamentação** dos movimentos nacionais do capital, dos monopólios públicos e da abertura comercial, facilitando os fluxos financeiros e permitindo ao capital privado o acesso a importantes espaços de acumulação real, como os da energia, dos transportes e das telecomunicações.

Terceiro, os espaços acima citados não foram, contudo, suficientes para dar conta da diminuição e do ímpeto da acumulação financeira, engendrando maior voracidade concorrencial, nominada de "globalização" e de reestruturação produtiva, sintetizada, por sua vez, no seguinte:

- a) desencadeamento, sem precedentes, de uma verdadeira corrida das multinacionais, realizando — na maior parte, entre elas mesmas — uma série de transações (fusões, compras-vendas, *joint-ventures*, e outras combinações) a níveis quantitativos elevadíssimos, principalmente entre 1984 e 1990. Como resultado disso, todas se livraram de suas "partes fracas" e todas saíram fortalecidas, reconcentrando o capital em níveis antes impensáveis;
- b) ao mesmo tempo, procuraram retirar das "prateleiras da ciência e tecnologia" alguns pacotes; uns, já acabados, outros semiprontos, e outros apenas no início de sua formulação prática, para desencadear, com velocidade altíssima, a Terceira Revolução Industrial. Não fora isso, e a crise financeira dos anos 60 teria tido outra história, e, obviamente, todo este avanço técnico-científico a que estamos assistindo desde meados dos anos 70 teria tido outro tipo de movimento, mais lento. Teria outra velocidade e poderia, provavelmente, ter tido outro sentido político, econômico e social.

Assim, os bancos e as grandes empresas multinacionais puderam dar vazão a um processo de acumulação real gigantesco entre 1984 e 1991, que gerou alguns efeitos, perversos, para a maioria dos países não pertencentes ao chamado Primeiro Mundo:

- a) automação e alterações nos processos produtivos, gerando precarização do mercado de trabalho; ampliação para 35 milhões do número de desempregados na OCDE; substituição crescente de trabalho não qualificado ou pouco qualificado por trabalho mais qualificado;
- b) uso crescente de insumos modernos, que vão substituir gradativamente insumos tradicionais, em grande parte produzidos nos países subdesenvolvidos;
- c) crescimento desmedido, do poder monopólico dessas empresas multinacionais, que se convertem em transnacionais, trazendo-nos, com isso, problemas maiores e alguns inteiramente novos. A capacidade delas de tomar decisões sem mesmo consultar os Estados onde se localizam é elevada. O fazem para promover seus ajustes, a reestruturação de cada uma delas e de seus grupos, com grande liberdade em relação ao que se passa neste ou naquele país.

É mister, ainda, procurar entender melhor o sentido da desregulamentação mercantil ("abertura comercial") e da constituição dos grandes blocos internacionais. Por trás da palavra "globalização", há todo um discurso ideológico que pretende dizer: "arrumem suas casas, se organizem melhor, que o reino dos céus (a estabilização, o crescimento e a maior inserção externa) estará aberto a todos vocês". Ora, a África encontra-se hoje à deriva, bem como grande parte da América Latina e da Ásia. Não é preciso muita reflexão para se aquilatar o desastre atual do ex-bloco socialista! O Brasil, desde a crise dos anos 70, tem sido o grande rebelde do Terceiro Mundo, resistindo aos ajustes ortodoxos até o final dos anos 80. De lá para cá, infelizmente, tem ouvido muito o "Canto da Sereia"...

As transformações em marcha fizeram com que os países desenvolvidos se organizassem em três grandes blocos: o asiático, liderado pelo Japão; o norte-americano (NAFTA); e o da Europa Ocidental, liderado pela CEE, a "fortaleza européia".

Por que se constituíram esses três blocos? Exatamente para tentar levantar "muros", com novas formas institucionais de proteção. Não é preciso se estender muito para dizer que eles estão se protegendo uns dos outros na formidável corrida tecnológica e na luta concorrencial internacional das empresas transnacionais. Esta é a principal razão pela qual a Europa Ocidental fez avançar, a partir de 1986, seu processo de unificação, acelerando-o com o Tratado de Maastrich, assinado em fins de 1992. Por que a Europa faz isso? Primeiro, pela razão acima apontada e, segundo, porque, já por volta da primeira metade da década de 80, o temor de uma nova Alemanha forte e da possibilidade de uma "germanização" de grande parte da Europa Central e da Ocidental fez com que franceses, ingleses, belgas, espanhóis e outras nações da Europa Ocidental tentassem evitar a "germanização" da Europa, procurando atrair a Alemanha para "europeizá-la", ou seja, integrá-la, compromissadamente, num espaço político europeu muito mais amplo.

Aqueles que leram com o devido cuidado os resultados finais da Rodada Uruguai do GATT sabem do que estou falando. Ou seja, o que "sobrou" para os países subdesenvolvidos em termos de resultados finais é francamente algo muito pequeno em termos de possibilidades concretas de expansão das nossas exportações agropecuárias e agroindustriais no mercado internacional; e incerto no que tange aos produtos industriais e aos serviços.

É preciso, também, prestar maior atenção aos "novos" discursos da descentralização e da regionalização. E isso tem muito a ver com a crise do Estado. A fragilização financeira do Estado e seu debilitamento político possibilitaram a ampliação desse novo discurso. E aqui temos que refletir um pouco mais sobre o sentido que tem essa palavra "regional" para uma área como a Europa Ocidental. Região, na Europa, tem um significado histórico, econômico, político, social e cultural. As regiões na Europa não foram "inventadas". O que foi institucionalmente criado foram seus Estados nacionais. As regiões preexistiam. Inclusive a própria configuração estrutural, produtiva e econômica dessas regiões resistiu durante muito tempo. Então, há na Europa uma cultura regional que, dependendo de cada país, muitas vezes é muito mais forte do que uma cultura nacional.

Para que a CEE possa conduzir o processo da unificação política européia através do Tratado de Maastrich, tem que superar, pelos ângulos político e econômico, barreiras complicadíssimas, como o peso relativo do déficit e da dívida pública, a variação do câmbio e do juro, a moeda única, etc. Nem a Alemanha, nem a França, nem a Inglaterra conseguem hoje superar algumas dessas barreiras para tentar se antecipar ao início de Maastrich, em 1997. Como resolver a contradição entre, de um lado, o poder soberano nacional, sua moeda, seu Banco Central, seu exército e seu rei e, de outro, as exigências institucionais de convertê-los de nacionais em "europeus"?

Para isso, é condição necessária — porém não suficiente — enfraquecer o poder dos Estados nacionais, e, embora sutil, não é outro o discurso da Comissão Executiva da CEE. Para que ela inventou um "subparlamento" europeu regional? Não são os governos nacionais que indicam seus representantes nesse parlamento, mas, sim, os governos das regiões européias. Além disso, a CEE tem dado muita atenção aos problemas das regiões européias. E isso, evidentemente, fortalece o

poder político regional, enfraquecendo, de certa forma, o nacional, facilitando, talvez, uma transição mais rápida em direção à unificação e à criação de um Estado federal europeu.

O ataque ao Estado nacional tem ainda uma outra tarefa: a descentralização. Porque, ao se descentralizar e mexer nos recursos do Estado central, também pode-se aprofundar a fragilização financeira do Estado e a perda parcial de sua ação de política econômica nacional, facilitando ainda mais o convencimento do público pelo processo de unificação.

Esse processo, durante as décadas de 70 e de 80, transcorreu, em grande medida, sob a égide de um discurso e de políticas neoliberais. A fragilização do Estado nacional, de um lado, e a voracidade da concorrência e a velocidade das transformações financeiras e produtivas, de outro, abalaram o caráter do Estado do Bem-Estar Social, colocando em primeiro plano a palavra **eficiência** e em segundo plano a palavra **equidade**. Não há, a rigor, lugar nesse mundo ideológico para a palavra equidade.

Se não há lugar para a palavra equidade, questões como gastos sociais de amparo a desempregados, ou a crianças abandonadas, ou a hospitais públicos, o que quer que seja que diga respeito ao problema de amparo social a populações desassistidas, passam, então, a ser um mero problema "técnico" de corte orçamentário.

É um escândalo que a OCDE contemple hoje 35 milhões de desempregados no conjunto dos países mais ricos do Mundo, embora o custo efetivo do trabalho tenha caído e a jornada de trabalho tenha sido reduzida!

Se a equidade saiu de moda, como se pode continuar executando "políticas de desenvolvimento regional"? Esta é a questão. Não se trata, no fundo, de políticas "verdadeiramente" de desenvolvimento regional. Trata-se, sim, de políticas econômicas nacionais regionalizadas, se possível. Reestruturação e "globalização" (e unificação para a Europa Ocidental) desnudaram a proteção econômica que os Estados nacionais davam à economia de suas regiões periféricas. Antes, o sul da Itália podia fazer petroquímica ou aço, com desníveis de produtividade e de eficiência *vis-à-vis* à produção similar, porém mais eficiente, de outras regiões européias. O Estado italiano resolvia isso com subsídios ou com tarifas, ou de alguma outra forma. Agora, isso acabou. O aço ou qualquer produto que venha a ser produzido no sul da Itália, na Andaluzia, no Algarves português ou nas regiões industriais deprimidas da Inglaterra tem que ser competitivo. Estas são as novas palavras de ordem: **eficiência** e **competitividade**. Não há, portanto, mais lugar, nesse contexto, para as antigas políticas que se faziam até meados dos anos 70.

Assim, isso faz com que se alterem os rumos das novas políticas de desenvolvimento regional. Quais são os parâmetros que delimitam essas políticas? A abertura comercial? Graus crescentes de internacionalização? Desenvolvimento de um Terciário moderno com a presença de serviços nobres de informática e de telecomunicações? Novas formas (abrandamento, desregulamentações, etc.) de relacionamento com o capital internacional? Treinamento e reciclagem de mão-de-obra, tecnopólos e um tratamento especial às pequenas e médias indústrias também estão contemplados. Sim, desde que com competitividade e eficiência, e não por uma questão de equidade

social. De incentivos e subsídios generalizados passa-se para poucos e selecionados incentivos.

E a questão da descentralização, por outro lado, envolve ainda um sério problema de profunda reversão na questão tributária. Novas formas tributárias terão que ser desenhadas, para se dar conta desse processo de maior autonomização local? E quanto ao investimento descentralizado? Será ele apenas público? Como promover a indução descentralizadora do investimento privado e ao mesmo tempo evitar a "guerra fiscal inter-regional"? São coisas novas, para as quais se requer muita reflexão.

Em terceiro lugar, vistas as duas primeiras questões, vejamos, ainda que sucintamente, o atual momento brasileiro. Ao contrário do que dizem os pregoeiros neoliberais das aberturas comercial e financeira, o Brasil, desde seu nascimento como nação soberana industrial, tem coeficiente de abertura condizente com seu tamanho territorial. Somos continentais, é bom não esquecer! Nossa capacidade de recepção financeira também não é nova: recordam-se de como se fez grande parte do Programa de Metas?

Estamos, no presente momento (pré-eleições de 1994), diante de um grande dilema:

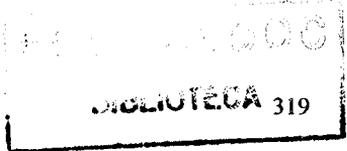
- a) ou a Nação se "reencontra" política, econômica e socialmente como país soberano e que respeita o seu povo, promovendo não só a retomada de nossa rota de crescimento, mas, também, e principalmente, resgatando a imensa dívida social interna;
- b) ou trilhamos a continuidade do que aí está, ou seja, a continuidade da implementação de políticas neoliberais, tentando ser **competitivos** com o que sobrar do parque produtivo nacional, de forma espúria ou não. E aí, esqueçamos o conceito de Nação soberana. Esqueçamos da equidade...

A continuidade disso que aí está, repitamos, é a continuidade da implementação de políticas neoliberais, ainda que disfarçadas de "social-democratas". Porque, se alguém implementou, e bem, as políticas iniciadas em 1990 por Fernando Collor, foi outro Fernando, o FHC. Ele não só deu continuidade, como, inclusive, aprofundou algumas das medidas liberalizantes colocadas por Collor. E o programa de sua candidatura oficial não deixa margem a dúvidas sobre a continuidade de um processo dessa natureza.

O que nos espera com esse cenário? Temos que repensá-lo drasticamente. Não só a questão nacional, é óbvio, mas também a questão regional, tanto em termos das perspectivas de abertura com o Norte, como da possível tentativa de aprofundamento e consolidação do MERCOSUL.

O Acordo de Livre Comércio, firmado em 1986 entre o Brasil e a Argentina, foi irresponsavelmente transformado, em 1990, por Collor e Menem, no MERCOSUL, sem que para isso se tivessem estudado tanto as condições macroeconômicas dos quatro países-membros quanto, principalmente, as condições setoriais e espaciais de suas estruturas produtivas. Repitamos: quando de sua assinatura, não dispunham de nenhum estudo comparado dessa natureza!

Assim, não podemos aquilatar, com segurança, o que sucederá com vários segmentos produtivos nacionais — especialmente das áreas próximas ao MERCOSUL, como RS, SC, PR, SP e MS — a partir do momento em que a estabilização macroeconômica



brasileira retirar sua vantagem cambial, ainda vigente. Reforçam nossa preocupação algumas desvantagens estruturais que temos com boa parte de nossa agropecuária (carne, leite e alguns grãos e frutas) em relação à produção platina. É bom lembrar que a política de abertura comercial do Brasil já lhe custa hoje, pelo menos, dois terços do trigo e do algodão que aqui se produz... Assim, algumas coisas já sucederam, e nós estamos assistindo a isso muito quietos, porque esse comércio ainda está sendo muito bom, em média, para o Brasil. Está sendo muito bom para o capital privado nacional ou estrangeiro sediado no Brasil, graças aos grandes superávits do nosso comércio com o MERCOSUL. Estive há um mês na Argentina, e o discurso que o Sr. Cavallo fez aos empresários do "agrobusiness" argentino foi, a meu juízo, muito claro. Ele disse: "(...) a etapa do crescimento argentino através de dólares financeiros se encerrou. A partir de agora, nós temos que entrar, e muito rápido, numa etapa de crescimento através de geração de dólares comerciais". Por isso, a Argentina, recentemente, não só instituiu uma nova tarifa de importação disfarçada de "Taxa de Estatística" além de controles "de fronteira", como também reintroduziu a concessão de subsídios aos exportadores. Obviamente, isso é para corrigir parte dos 55% de "resíduo" inflacionário não computados no câmbio argentino hipervalorizado. São, portanto, expedientes (paradoxais, para um Estado que se diz liberal...) com os quais vão tentar empurrar o problema para ver se aguentam chegar às próximas eleições gerais. Essa é a realidade.

Por outro lado, e ao contrário do que muitos autores da área de tecnologia afirmam, não vejo na chamada produção flexível da Terceira Revolução Industrial uma miraculosa possibilidade de colocar qualquer tipo de planta industrial em qualquer localidade do País. Pelo contrário. Acho que aqueles setores de mais alta complexidade tecnológica passarão por um virtual processo de reconcentração espacial. Isso não quer dizer que a industrialização que se desconcentrou no País vai regredir. Não é isso que estou dizendo. Por exemplo, a base de exploração de recursos naturais vai continuar; a produção de caráter agroindustrial poderá até crescer e também a produção de serviços decorrentes da continuidade da urbanização periférica. Mas não o núcleo nobre da Terceira Revolução Industrial, o qual deverá passar por fortíssima reconcentração espacial. E da mesma forma que, no Primeiro Mundo, a introdução dessas transformações técnicas estão gerando efeitos sociais complicados, nós também sofreremos esse processo. E o pior é que esses efeitos perversos irão juntar-se aos gerados por nossa tremenda herança social de pobreza, de problemas de urbanização descontrolada e de mais desemprego.

E um novo paradoxo se nos coloca: para introjetarmos a Terceira Revolução Industrial, são exigidos altos padrões qualitativos de infra-estrutura econômica e social. E isso, infelizmente, não está disponível na maior parte do território nacional. Nem é possível fazê-lo no médio prazo, senão para algumas porções do espaço nacional. Não vejo, no horizonte próximo, disponibilidade de recursos públicos para fazer tal milagre.

O outro caminho é o de se examinar melhor nossa realidade e se buscar uma melhor alternativa. Não a alternativa da "fuga", porque esta é impossível. Nós temos que introjetar tecnologia; nós temos que manter uma presença no mercado internacional; temos que continuar fazendo crescer nossas exportações, além de atender a outros objetivos. Mas isso pode se processar de diferentes maneiras e com diferentes períodos

de execução. Não adianta querer ter pressa. Nós levamos 100 anos para introjetar os processos produtivos gerados pela Primeira Revolução Industrial e levamos outros 100 para consolidar a implantação da Segunda Revolução Industrial. E este país teve uma lição muito interessante para a história do Terceiro Mundo. Este país se fez, cresceu e deu saltos significativos, convivendo com muitos momentos críticos do cenário internacional. Quase nunca, em nosso processo histórico, navegamos em "mar suave".

Portanto, essas coisas dificilmente poderiam concretizar-se no médio prazo. A alternativa, assim, é a de uma séria revisão de uma série de questões, notadamente de uma reestruturação profunda do Estado: trazer de novo o Estado com o seu poder de planejar o desenvolvimento econômico e uma profunda e inequívoca atitude de implantação de políticas sociais, notadamente da reforma agrária.

O que é que sobra para as regiões? Creio que sobram um esforço de planejamento industrial e agroindustrial, uma tentativa de regionalizar esforços de investimentos, alguma disseminação de infra-estrutura econômica pelas regiões e políticas sociais, estas disseminadas em todo o território nacional.

Abstract

Perspectives for the regional issue in Brazil discusses the topic on three items: first, how to go by the theme in the Brazilian economy; second, how it happened in the international debate; and third, how it emerges in the present context of Brazil. From these analyses the author poses the ultimate question: "what is left for the regions?"